

ATO PRESI Nº 2.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido no Processo 0038685-64.2023.4.01.8000, resolve:

CONVOCAR, ad referendum da Corte Especial Administrativa, o Juiz Federal FAUSTO MENDANHA GONZAGA para, com prejuízo na 2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, substituir o Desembargador Federal EULER DE ALMEIDA na 1ª Seção, 9ª Turma, no período de 8/1 a 6/2/2024, em razão da fruição de férias.

Des. JOSÉ AMILCAR MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

ATO Nº 2.763, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo 0011368-10.2023.4.04.8000, resolve:

ALTERAR a fundamentação legal do Ato 277/2018, publicado no DOU(2) de 27/07/2018, que concedeu aposentadoria à servidora JOICE ZAWADZKI MELCHERS, matrícula 10291, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Classe C, Padrão 13, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau da 4ª Região, Seção Judiciária de Santa Catarina, para fazer constar que a incorporação de quintos/décimos relativa ao período de 9-4-1998 a 4-9-2001 decorre de decisão judicial exarada nos autos da Ação Ordinária n. 2007.72.04.001905-7/SC, transitada em julgado na data de 15/12/2008, em cumprimento ao Acórdão 13055/2023 - TCU - 1ª Câmara, com vigência e efeitos financeiros a partir de 27/11/2023, data da ciência deste Tribunal, observado o teto constitucional previsto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 8º da Emenda Constitucional 41/2003.

FERNANDO QUADROS DA SILVA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 994, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, com fundamento no artigo 96, inciso I, alínea "e", da Constituição Federal, e considerando o que consta no ajuste celebrado entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e a Fundação Carlos Chagas e, ainda, com fundamento no Capítulo XVI, itens 2 e 3, do Edital de Abertura de Inscrições do Concurso Público publicado no Diário Oficial da União de 25/09/2017, Seção 3, resolve:

I - HOMOLOGAR o pedido de desistência de nomeação formulado pelo candidato MARIO GLEICK AGUIAR GUIMARAES, classificado em 56ª lugar da lista geral constante do Resultado Final, publicado no Diário Oficial da União de 25/05/2018, Seção 3, homologado pelo Ato nº 15, de 20/06/2018, publicado no Diário Oficial da União de 21/06/2018, Seção 1, do Concurso Público realizado para provimento de cargos no quadro de pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Ceará, para a categoria funcional de Técnico Judiciário - Área Administrativa;

II - POSICIONAR o referido candidato, a pedido, no final da respectiva lista de classificação;

III - TORNAR SEM EFEITO a nomeação do referido candidato, de que trata o Ato nº 960, de 12/12/2023, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 15/12/2023.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

FERNANDO BRAGA DAMASCENO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

ATO PRESI Nº 688, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0017352-15.2023.4.06.8001, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal Substituto FELIPO LIVIO LEMOS LUZ como Coordenador do Serviço Judiciário de Conciliação - SECON da Subseção Judiciária de Muriaé e o Juiz Federal FREDERICO PEREIRA MARTINS como Coordenador Adjunto. Publique-se e registre-se.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 690, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0016254-92.2023.4.06.8001, resolve:

DECLARAR VAGO o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Subseção Judiciária de Belo Horizonte, ocupado pelo servidor FERNANDO EDGAR LENGGRUBER RODRIGUES, em decorrência de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, VIII, da Lei 8.112/1990, a partir de 20/11/2023.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 691, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0014864-90.2023.4.06.8000, resolve:

EXONERAR, a pedido, o servidor FELIPE DAVID ROCHA BRAGA DE SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "A", Padrão 2, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, nos termos do art. 34 da Lei 8.112/1990, a partir de 30/11/2023.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 693, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0018013-91.2023.4.06.8001, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal TALES KRAUSS QUEIROZ para a função de Coordenador do Serviço Judiciário de Conciliação - SECON da Subseção Judiciária de Uberlândia e o Juiz Federal OSMANE ANTÔNIO DOS SANTOS como Coordenador Adjunto. Publique-se e registre-se.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 695, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista a disposição contida no art. 17, XXIV e art. 95 do Regimento Interno deste Tribunal, resolve:

CONVOCAR, ad referendum do Plenário Administrativo, o Juiz Federal ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA para, sem prejuízo de jurisdição na 11ª Vara Cível de Belo Horizonte, substituir o Desembargador Federal ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ, na 3ª Turma e 2ª Seção, no período de 8 a 27/1/2024. em razão das férias regulamentares. Publique-se e registre-se.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 696, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0017025-70.2023.4.06.8001, resolve:

DESIGNAR o Juiz Federal Substituto RAFAEL DE AZEVEDO PINTO para a função de Coordenador do Serviço Judiciário de Conciliação - SECON da Subseção Judiciária de Passos e o Juiz Federal BRUNO AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA como Coordenador Adjunto. Publique-se e registre-se.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

ATO PRESI Nº 703, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Resolução n. 001/2008, do Conselho da Justiça Federal, e suas alterações, e considerando as decisões do Plenário Administrativo do TRF da 6ª Região, na sessão de 30 de novembro de 2023 e do Plenário do TRF da 5ª Região, na sessão de 08 de novembro de 2023 (Processo n. 0010898-42.2023.4.05.7000), resolve:

I - REMOVER, a partir de 1º/1/2024, o Juiz Federal Substituto DENIS SOARES FRANÇA, lotado na 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco para a Justiça Federal de Primeiro Grau da 6ª Região.

II - Deixo de conceder o período de trânsito ao magistrado, em razão de encontrar-se atualmente convocado pelo Superior Tribunal de Justiça.III - Este ato entra em vigor a partir de 1º/1/2024.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

PORTARIA PRESI Nº 223, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do art. 95 da Lei n. 8.112/90, bem como o decidido no PAe 0017892-63.2023.4.06.8001, resolve:

AUTORIZAR, sem ônus e com prejuízo, o afastamento do País do Juiz Federal PEDRO PEREIRA PIMENTA, no período de 18 a 21/03/2024, para participar de sua defesa de tese de doutorado perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Desª. MÔNICA SIFUENTES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 291, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o disposto no art. 17, inciso XI, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo SEI 0000522-41.2021.6.07.8100,

Altera a PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 141, de 29 de setembro de 2021, que concedeu aposentadoria voluntária de pessoa com deficiência à servidora Marta Nogueira de Souza, resolve:

Art. 1º Alterar a PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 141, de 29 de setembro de 2021, que concedeu aposentadoria à servidora MARTA NOGUEIRA DE SOUZA, matrícula 0167, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área de Atividade - Administrativa, Classe "C", Padrão 13, criado pela Lei nº 6.082/1974, pessoa com deficiência, para determinar que os proventos passem a ser calculados em 80% (oitenta por cento) da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para as contribuições ao RPPS desde a competência julho de 1994, com fulcro no art. 40, § 4º-A, da Constituição Federal; no art. 22 da EC 103/2019 c/c o art. 40, § 12, da CF; no art. 29, inciso I, da Lei nº 8.213/1991; nos arts. 3º, inciso III, e 8º, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2013 e no art. 32 c/c art. 70-J do Decreto nº 3048/99, com redação dada pelo Decreto nº 10.410/2020, com efeitos financeiros retroativos à data da publicação do Acórdão nº 1368/2023 - Plenário, em 05/07/2023.

Des. ROBERVAL CASEMIRO BELINATI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 606, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023

O Desembargador Carlos Simões Fonseca, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 11, inciso XXI, do Regimento Interno do Tribunal, com base no art. 9º, inciso I, e art. 10 da Lei nº 8.112/90, c/c a Lei nº 11.416, de 15.12.06, e de acordo com o contido nos autos de protocolo SEI nº 0006329-53.2023.6.08.8000, resolve:

a) Nomear, por aproveitamento, com fundamento no artigo 8º, inciso VII da Lei nº 8.112/90, o Sr. Filipe Manarte Scaramussa, para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, criado pela Lei nº 486, de 11.11.1948, vago em decorrência de redistribuição da servidora Luana Farias Fernandes com o cargo vago de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Psicologia, ocupado pela ex-servidora aposentada do TSE Kátia Pereira Bessa, conforme Portaria 47, de 16.02.2022, publicada no DOU em 01.06.2022, cuja alteração de área de atividade e especialidade de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado - Psicologia para Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade foi promovida pelo Ato TRE/ES nº 549, de 21.11.23, publicado no DJE/ES em 23.11.23, e enquadrado nos limites autorizados nos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 1º da Portaria TSE nº 244/2023, em razão de habilitação em concurso público promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES, classificado em 1º lugar da listagem geral (ampla concorrência) do cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, obedecida a ordem de classificação da referida listagem, divulgada pelo Edital nº 01/2022 e homologada pela Resolução Administrativa nº 56/2023, publicados respectivamente no DOU, Seção 3 de 16.09.2022 e no DOU, Seção 1, de 25.04.2023;

b) Nomear, por aproveitamento, com fundamento no artigo 8º, inciso VII da Lei nº 8.112/90, o Sr. Francisco Assis de Sousa Neto, para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe A, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, criado pela Lei nº 9.649, de 03.09.1974, vago em decorrência de redistribuição da servidora Raquel de Rezende Dias com o cargo vago de Analista Judiciário- Área Administrativa, ocupado pela ex-servidora aposentada do TRE/SP Adriana Carneiro Esmanhoto, conforme Portaria 406, de 24.08.2023, publicada no DOU em 01.09.23, cuja alteração de especialidade de Analista Judiciário, Área Administrativa, para Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade foi promovida pelo Ato TRE/ES nº 548, de 21.11.23, publicado no DJE em 23.11.23, e enquadrado nos limites autorizados nos incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 1º da Portaria TSE nº 244/2023, em razão de habilitação em concurso público promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES, classificado em 5º lugar da listagem geral (ampla concorrência) do cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, obedecida a ordem de classificação da referida listagem, divulgada pelo Edital nº 01/2022 e homologada pela Resolução Administrativa nº 56/2023, publicados respectivamente no DOU, Seção 3 de 16.09.2022 e no DOU, Seção 1, de 25.04.2023.

Des. Carlos Simões Fonseca

